

Cientistas defendem acesso aberto às pesquisas



A maioria dos pesquisadores pensa em publicar seus artigos nas melhores revistas científicas do mundo. No entanto, essa realidade começa a mudar. Alguns profissionais preferem divulgar os resultados dos estudos em plataformas *on-line* de livre acesso ao público.

A constatação foi apresentada, nesta quarta-feira (27), no Fórum Mundial de Ciência (FMC) realizado no Rio de Janeiro. “Quem não divulga os resultados das pesquisas feitas não é cientista e não contribui para o avanço da ciência”, avalia o economista e consultor Eduardo Viotti.

Segundo o especialista, falta às revistas científicas mais esforços para **democratizar e popularizar a ciência**. Ele aponta que algumas publicações chegam a lançar apenas quatro edições por ano a um preço de assinatura anual fixada em US\$ 10 mil.

Uma das alternativas apontadas por Viotti é a biblioteca [SciELO](#). “Essa plataforma possui centenas de estudos e jornais científicos brasileiros, latino-americanos e africanos. O avanço do conhecimento e a difusão dele nos países mais pobres pode ser atingido por meio do avanço dessas plataformas”, explica Viotti.

Na Nigéria, a ciência, tecnologia e inovação (CT&I) são levadas à sociedade para tentar diminuir o índice de pobreza. O diretor geral do Escritório Nacional de Promoção da Tecnologia, Umar Buba Bindir, destacou ações como a de levar os dados e as imagens coletadas por satélites às escolas.

“Inovar significa diversificar e diminuir as desigualdades sociais. No núcleo da diversidade está a educação. Se não nos comprometermos com ela será muito difícil ter sucesso no desenvolvimento com a preservação do clima”, garantiu Bindir.

Para o diretor nigeriano, os parlamentares de diversos países terão um papel importante no desenvolvimento econômico de forma sustentável. “As políticas públicas de educação, ciência, tecnologia e inovação são as chaves para disseminar o conhecimento e assim estimularmos nossas populações a se desenvolverem da forma correta.”

ATUAÇÃO LEGISLATIVA

O papel dos deputados e senadores na promoção da ciência foi tema da penúltima sessão plenária do FMC. Na opinião de Eduardo Viotti é preciso que mais parlamentares atuem em prol da ciência. Ele acredita que o baixo retorno em votos afastam os políticos das ações de CT&I.

“Em geral, parte das ações de ciência e tecnologia se dá em longo prazo, beneficiando grupos difusos e diferentes gerações. Isso é um fator que impede muitos parlamentares de se reeleger e por isso poucos

atuam a favor da comunidade científica”, avalia Viotti.

Para ele, a alternativa é aumentar o **conhecimento de crianças e jovens sobre CT&I**. “Isso pode ser útil para promovermos a consciência política do eleitorado e evitarmos que esse seja um obstáculo para o desenvolvimento científico e tecnológico sustentável.”

Presente na mesa de debate, o deputado Sibá Machado (PT-AC) destacou o papel do Congresso Nacional nas atividades promotoras de pesquisa e desenvolvimento. “Qualquer pesquisa é regulada por uma série de mecanismos que nascem no parlamento. Quanto mais congressistas trabalhando pelo aperfeiçoamento e elaborações de leis científicas melhor será o processo de desenvolvimento das nações”.

No Brasil, estão sendo elaborados quatro mecanismos para alterar o atual marco regulatório. Dois deles já tramitam no Câmara dos Deputados. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n° 290, que pode ser votada neste ano, propõe alterações para dar legalidade às mudanças que serão sugeridas no Projeto de Lei n° 2.177/2011, que traz alterações na Lei de Inovação e Lei do Bem.

Ainda estão sendo finalizados o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), para facilitar o uso de recursos públicos em pesquisas, e um projeto de lei para criar novas regras de acesso à biodiversidade brasileira.

Fonte: MCTI